

Política

—CONSTITUINTE—

MAIS NEGOCIAÇÕES. VOTAÇÃO, SÓ AMANHÃ

Mesmo com a ausência de Ulysses Guimarães, que está substituindo Sarney na Presidência, o líder do PMDB diz que a votação recomeça amanhã.

"A Constituinte recomeça a votar nessa terça-feira com ou sem o dr. Ulysses", garantiu ontem o líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim (RS). A partir da manhã de hoje serão reiniciadas as reuniões para negociação com as lideranças partidárias sobre os temas mais polêmicos. A estratégia central será reduzir o número de emendas estimadas entre 400 e 500.

Nelson Jobim diverge da tese do consultor-geral da República, Saulo Ramos, de que o Brasil não tem uma nova Constituição porque as muitas emendas apresentadas ainda não foram votadas. "O núcleo básico do texto constitucional já está aprovado e nele não

podemos mais mexer", disse Jobim, lembrando que nada mais do que acontecer na Constituinte vai alterar o conteúdo da nova Constituição.

O líder do PMDB na Constituinte também acha muito difícil arrematar os 280 votos necessários para aprovar ou rejeitar qualquer coisa na Constituinte nessa fase final dos trabalhos. Em seu entender podem haver três hipóteses com relação às emendas apresentadas: unanimidade de sim, unanimidade de não, e não haver unanimidade para acordo prévio nas questões polêmicas — o que considera o ponto mais grave. Diante dessa possibilidade, o

trabalho do partido será no sentido de aumentar o número de sim e reduzir os pontos polêmicos.

A desapropriação de terras produtivas sem finalidade social, a limitação dos juros bancários em 12% e todo o capítulo concedendo direitos sociais aos trabalhadores estão entre os pontos mais polêmicos nessa última fase da nova Constituição. Além, é claro, da anistia fiscal aos micro e pequenos empresários que se endividaram com o Plano Cruzado. A licença maternidade deverá ser mantida em 120 dias, mas a licença paternidade ficará no texto apenas como menção a ser regulada por legislação ordinária.

Mais divergências do que acordos. Por enquanto.

Apesar dos inúmeros lobbies e tentativas do governo, dos empresários e das esquerdas para retirar da nova Carta muitos dos pontos aprovados durante o primeiro turno de votação, poucos serão os artigos que, fruto de acordo, conseguirão os 280 votos do plenário para serem eliminados do texto. O governo, por exemplo, quer suprimir todo o artigo que prevê a jornada máxima de seis horas de trabalho para os turnos de revezamento. O PMDB aceita apenas suprimir a palavra "máxima", nunca o princípio. Já as esquerdas querem tornar as terras produtivas passíveis de desapropriação, hipótese que governo, empresários e produtores não admitem. No primeiro caso, o governo não tem o menor chance de sair vitorioso. Da mesma forma, as esquerdas sabem, antecipadamente, que estão derrotadas no intuito de

promover alterações na reforma agrária.

Mas há pontos passíveis de acordo. As anistias aos débitos tributários e à correção monetária para os empresários e produtores rurais, a moção de censura para ministros e o limite de 12% para os juros certamente serão suprimidos. No caso dos juros, a emenda do deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) é a que tem maiores chances de ser acolhida pelo plenário. Ela prevê a supressão do valor dos juros, mas mantém o tabelamento.

Sobre a possibilidade de voto para o menor, as opiniões são divergentes. O governo faz questão de retirar isso da Carta. O líder do PMDB na Constituinte, Nelson Jobim, é contra. Mas há um problema: o deputado Ulysses Guimarães concorda com o governo e a solução será deixar a questão aberta no partido.

Quanto à comercialização dos derivados do sangue, que o PMDB quer tornar possível, o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo, disse que aguarda um pronunciamento do Conselho Federal de Medicina sobre o assunto. Se o CFM atestar que esse ponto provocará um colapso na disponibilidade de hemoderivados, Sant'Anna aceitará a proposta de Jobim de suprimir esta parte do artigo do texto.

Dois pontos, entretanto, são considerados essenciais para o governo e não contam com o apoio da liderança do PMDB. O primeiro deles é o PIS — Programa de Integração Social — passar para a seguridade social, financiando o seguro-desemprego. O segundo é o que altera a alíquota do Finsocial e transfere 80% da arrecadação total para a seguridade social.

Tânia Monteiro

Um negociador mais difícil

Considerada uma das grandes revelações desta legislatura, o deputado Nelson Jobim, gaúcho de 42 anos, consolidou sua posição política ao ser confirmado líder do PMDB na Constituinte, em substituição ao senador Mário Covas, que deixou o partido. Ao assumir a coordenação das reuniões de negociação, manteve a linha de seu antecessor, apesar de mais intransigente que Covas.



Nelson Jobim: mais intransigente que Covas. É amigo de Ulysses.

Considerado um homem seguro nas suas decisões, possuidor de um excelente conhecimento jurídico e com sentido ético marcante, Nelson Jobim emergiu para a posição de principal negociador da Constituinte, apesar de as lideranças do Centrão desejarem que seu colega, Ibsen Pinheiro, também gaúcho, ficasse no cargo. Por ter se identificado com a ala pro-

gressista do PMDB, Nelson Jobim acabou ligando-se muito ao deputado Ulysses Guimarães, que não lhe poupa elogios, assim como Bernardo Cabral.

Ex-presidente da OAB, seção Rio Grande do Sul, e ocupando seu primeiro mandato eletivo, Jobim tem encontrado resistência apenas entre as lideranças mais moderadas, acostumadas a conseguir avançar mais nas negociações com o senador Covas que, muitas vezes, mesmo contra sua posição pessoal, assumia a postura da maioria, em nome do entendimento. Jobim, por sua vez, resiste mais às idéias contrárias aos seus princípios e em vez de acatar a sugestão da maioria, procura demovê-la e convencê-la de sua posição, gerando alguns conflitos, embora todos reconheçam sua boa vontade em negociar.

OS PONTOS POLÊMICOS

Acordo

- Remeter para a lei ordinária a definição da licença-paternidade
- Suprimir a moção de censura
- Suprimir a expressão "de um salário mínimo" na aposentadoria dos idosos e deficientes
- Suprimir a estabilidade do funcionário público
- Suprimir a anistia aos débitos tributários
- Suprimir anistia aos empresários e produtores rurais
- Suprimir a isonomia dos delegados com magistrados

Em negociação

- Suprimir o direito de greve irrestrito
- Suprimir o dispositivo que revoga os decretos-leis que não estiverem aprovados até a promulgação da Constituição
- Suprimir o mandato judicial no ato das prisões
- Suprimir o limite dos juros em 12%
- Comercialização dos hemoderivados

Sem acordo

- Suprimir o turno de revezamento de seis horas
- Permissão de voto para os menores com idade entre 16 e 18 anos
- Tornar suscetível de desapropriação a propriedade produtiva.
- Conceito de empresa nacional
- Suprimir a preferência das empresas brasileiras de capital nacional na aquisição de bens e serviços pelo Estado
- Nacionalização da exploração de minérios
- Eliminação dos contratos de risco
- Estabelecer prazo prescricional de ações trabalhistas de cinco anos para trabalhadores rurais e urbanos.

À ordem das esquerdas: muita pressão no segundo turno.

As lideranças de esquerda estão em plena articulação para evitar a supressão do que consideram avanços aprovados no primeiro turno pela Constituinte e para impedir a ratificação de dispositivos que julgam prejudiciais aos interesses do trabalhador e ao País. Mais de dois milhões de cartazes, com fotos e nomes de parlamentares de diferentes partidos, que apresentaram emendas com esse objetivo, foram distribuídos por todo o País.

A plenária pró-constituinte, que congrega mais de 80 entidades, como a CUT, CGT, e CONTAG, reuniu-se na semana passada em São Paulo e decidiu permanecer em assembléia permanente em Brasília, nas dependências do Congresso, para acompanhar a votação do segundo turno. Ao mesmo tempo, estarão estimulando a mobilização nos Estados e pressionando os parlamentares justamente nos seus colégios eleito-

rais. Uma cartela, semelhante a um jogo lotérico, está sendo entregue aos trabalhadores para que possam acompanhar a atuação dos parlamentares em todas as votações. No final, será possível avaliar se cada constituinte cumpriu ou não seus compromissos eleitorais, o que tanto poderá resultar na reeleição como numa decepcionante derrota em 90.

Instruções precisas sobre como pressionar, direta ou indiretamente, os constituintes foram divulgadas em todos os Estados num número especial do jornal da liderança do PT, intitulado "Na luta da Constituinte". O manifesto aconselha o trabalhador a telegrafar aos constituintes com suas reivindicações; a montar placar nas organizações de classe ou comunitária indicando o voto do constituinte do seu Estado; a acompanhar as votações através da "cartela da constituinte"; a propor às suas respectivas entida-

des a organização de caravanas para fazer lobby em Brasília no dia das votações mais importantes; além da confecção de cartazes e faixas bem como a realização de manifestações de rua.

As esquerdas não dispensam, porém, o mesmo corpo-a-corpo desenvolvido pelo empresariado, planejando percorrer todas as dependências do Congresso em busca de contato com parlamentares para defender suas reivindicações. Ao contrário dos representantes da livre iniciativa, como a UDR e os pequenos e médios empresários, as lideranças sindicais têm enfrentado dificuldades para circular livremente no edifício do Congresso. A segurança parece ter sido instruída a impedir seu trânsito. No dia da votação da anistia da correção monetária, as galerias ficaram repletas de interessados, mas virou fato corriqueiro o trabalhador modestamente vestido ser barrado.

Centrão: sem ânimo para a luta.

O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, já anunciou que pretende encher novamente as galerias no dia da votação das questões polêmicas pela Constituinte. A disposição do líder ruralista, porém, parece insuficiente para estimular o comando do Centrão a lutar para modificar o projeto constitucional no segundo turno. O grupo está desmobilizado, com o ânimo arrefecido e ainda não se recuperou da perplexidade gerada pelo discurso do presidente Sarney e pela reação do deputado Ulysses Guimarães, quarta-feira passada.

Com auxílio das entidades representativas do empresariado, o Centrão relacionou 30 pontos para modificar no projeto de Carta, mas até aqui não armou nenhuma estratégia para viabilizar a iniciativa. O mais provável será a repetição de procedimentos adotados no primeiro turno, como cartas, telegramas e telefonemas convocando constituintes aliados para as votações, sem nenhuma outra mobilização extraordinária. O grupo está negociando com o presidente Ulysses Guimarães a votação dos pontos polêmicos em dias previamente acertados, o que facilitará a presença dos seus integrantes na Constituinte.

Pelo menos um assessor das lideranças do Centrão admitiu dificuldades para atrair parlamen-



A pressão da UDR: essa cena vai se repetir.

tares às votações. Conforme explicou, a maioria se elegeu apenas para participar da elaboração da Carta, mas "depois tomou gosto pela política, passou a se empenhar pela reeleição, trocando Brasília pelas bases eleitorais". Apesar disso, informou que a assessoria do Centrão continuará controlando a frequência de seus representantes, que será transmitida às entidades empresariais nos Estados, para que pressionem os constituintes a participadas votações. Elas foram orientadas para evitar homenagens a parlamentares nesses dias, enquanto a liderança do Centrão não marcará nenhuma audiência com integrantes do governo para seus se-

guidores durante o debate das questões polêmicas.

A estratégia, segundo o mesmo assessor, será prestigiar os representantes do Centrão, sem hostilizar o adversário, que será apenas ignorado. O deputado Paes Landim, (PFL-PI), que votou contra o projeto de Carta, revelou, porém, que dificilmente haverá lobby conjunto articulado pelo Centrão e empresariado. Conforme o parlamentar, os empresários ficaram de tal forma decepcionados com o desfecho do episódio de quarta-feira que estão preferindo conversar pessoalmente com os constituintes, sem recorrer à intermediação das lideranças do grupo suprapartidário.